

DEMOCRACIA, POLÍTICAS PÚBLICAS E INSTITUIÇÕES DE DELIBERAÇÃO PARTICIPATIVA: VISÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA

Sandro Pereira Silva

Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

E-mail: <sandro.pereira@ipea.gov.br>

Este trabalho baseou-se em algumas categorias previamente delimitadas para orientar um debate reflexivo acerca da produção sobre a participação social institucionalizada no âmbito da administração pública no Brasil. Para tanto, o percurso analítico foi organizado e desenvolvido em torno de um novo conceito para uma definição genérica dessas inovações no campo da prática democrática no país, aqui denominadas “instituições de deliberação participativa” (IDP), cada uma com suas características funcionais particulares.

A partir da apresentação desse conceito, foi feita uma sistematização do debate ordenada com base em três pares analíticos que abarcam boa parte das questões teóricas e empíricas que envolvem esse universo de práticas. São eles: *i)* institucionalização e inserção estrutural dessas inovações; *ii)* participação e representatividade; e *iii)* deliberação e efetividade. Sobre esses pares foram encaixados e problematizados alguns argumentos presentes na literatura, com o intuito de lançar luz sobre distintas questões que se inserem nesse campo altamente complexo, visando também a um detalhamento mais preciso das características centrais em termos de avanços democráticos e contradições intrínsecas que se encontram dispersas no debate da área.

No entanto, como era esperado, não foi uma tarefa simples percorrer sobre um volume tão significativo de publicações que esmiúçam as várias partes passíveis de análise dessas experiências. Ainda assim, foi possível fazer algumas colocações que complementam e trazem novas luzes a toda essa discussão ainda em curso.

Primeiramente, é preciso ressaltar que o direito à participação social no Brasil veio não de maneira natural ou circunstancial. Foi uma conquista popular, resultante de múltiplas forças sociais, atuando paralelamente em frentes distintas de lutas pela democracia. Toda essa mobilização contagiou sobremaneira os trabalhos da

Assembleia Constituinte, inclusive na formação de forças contrárias. E essa tensão entre construção democrática e reação conservadora esteve sempre presente, o que torna o processo de consolidação da democracia um caminho não linear, marcado por avanços e retrocessos, entusiasmos e desilusões, conflitos e concessões. Por isso é importante que o debate sobre participação e representação esteja sempre inserido e traduzido com base nos projetos políticos que cada proposta representa, para que o perigo do esvaziamento de sentido não se comprove e sua capacidade de promover espaços deliberativos de fato não seja inexistente. Nesse caso, a qualidade da participação em fóruns dessa natureza envolve questões complexas a serem consideradas, tais como o desenho institucional das IDP, o comprometimento das autoridades públicas com o projeto participativo, e a importância de processos de organização e mobilização da sociedade civil.

É importante salientar ainda que as instituições de deliberação participativas não são nem os únicos espaços de representação política nem a única forma de participação social no Brasil em defesa do fortalecimento de temas específicos na agenda governamental. Elas são instâncias complementares tanto em um caso como no outro. Ainda assim, é impossível negar que os múltiplos fóruns de participação e deliberação política no Brasil sejam uma realidade a ser considerada inclusive para aqueles que os desdenham, pois negligenciá-los incorrerá em um custo político – que varia de acordo com a temática e a esfera de poder – a ser assumido pelos representantes públicos.

As experiências de IDP que ganharam forma e se enraizaram na estrutura decisória da administração pública brasileira já proporcionaram uma gama bastante diversificada de novos ensinamentos e pontos a serem problematizados à luz da teoria política contemporânea, pois mobilizam uma sociedade civil heterogênea, com diferentes formas de conexão com a sociedade política.

Texto para Discussão

Por esse motivo, o tema ainda chama tanto a atenção de pesquisadores nacionais e internacionais, e também por isso seja tão complexo avaliar sua real efetividade, dadas as múltiplas especificidades que sua dinâmica de funcionamento e o interesse dos públicos que lhe compõem podem contemplar.

SUMÁRIO EXECUTIVO

ipea

SUMÁRIO EXECUTIVO